



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA**

VIÇOSA – MG

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

Missão da Universidade Federal de Viçosa

“Exercer uma ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior de qualidade, à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade.”



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**

Coordenador do Curso:

Núcleo Docente Estruturante do Curso:

Comissão Coordenadora do Curso:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

Curso: Graduação em Educação do Campo – Ênfase em Ciências da Natureza

Modalidade Oferecida: Licenciatura

Título Acadêmico Conferido: Licenciado em Educação do Campo

Modalidade de Ensino: Presencial em regime de alternância

Regime de Matrícula: Semestral

Tempo de Duração: Quatro anos (oito semestres) prazo padrão

Carga horária Total: 3630 horas

Número de Vagas Oferecidas: Cento e vinte vagas anuais

Turno de Funcionamento: Diurno

Local de Funcionamento: *Campus* UFV - Viçosa

Forma de Ingresso: Vestibular especial definida conforme o Regime Didático da UFV

Endereço:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV

Av. Peter Henri Rolfs, s/n

Campus Universitário

Viçosa – MG

SUMÁRIO

1. Apresentação do Curso
2. Fundamentação Legal
3. Concepção do Curso
4. Objetivos do Curso
 - 4.1. Objetivo Geral
 - 4.2. Objetivos Específicos
5. Perfil e Competências Profissionais
6. Estrutura Curricular
 - 6.1. Áreas de Conhecimento
 - 6.2. Conteúdos Curriculares e Áreas de Formação
 - 6.2.1. Formação Geral
 - 6.2.2. Formação Específica
 - 6.2.3. Formação Profissional
 - 6.3. Organização Curricular e alternância por períodos
 - 6.4. Estágio Curricular Supervisionado
 - 6.5. Atividades Complementares
 - 6.6. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
 - 6.7. Prática como Componente
 - 6.8. Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana
 - 6.9. Políticas de Educação ambiental
7. Integralização Curricular do Curso
8. Matriz Curricular
9. Bibliografia Básica, Complementar e Periódicos
10. Metodologia de Ensino e Aprendizagem
11. Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem
12. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo de ensino-aprendizagem
13. Apoio ao Discente
14. Autoavaliação do Curso
15. Integração com as Escolas de Educação Básica
16. Ingresso no Curso

17. Outras Atividades do Curso

18. Recursos Humanos

18.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE

18.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

18.3 Colegiado do Curso

19. Infraestrutura

Anexos

- I. Ata de reunião do CEPE autorização do Curso
- II. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica
- III. Matriz Curricular do Curso
- IV. Regulamento das Atividades Complementares
- V. Regulamento do Estágio Supervisionado
- VI. Regulamento do TCC
- VII. Normas de funcionamento dos Laboratórios
- VIII. Resolução do CEPE instituição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)
- IX. Resolução do CEPE instituição da Comissão Coordenadora de Curso (CCC)
- X. Legislações pertinentes

1. Apresentação do Curso

A Universidade Federal de Viçosa – UFV possui, atualmente, três (3) *Campi*: Florestal, Rio Paranaíba e Viçosa, e oferece, além de 67 cursos de graduação, 41 programas de pós-graduação, dentre eles os mestrados em Educação e em Agroecologia.

A Universidade Federal de Viçosa está localizada na Zona da Mata de Minas Gerais e possui uma população de, aproximadamente, 67 mil habitantes residentes e 16 mil habitantes flutuantes, estes formados por estudantes de ensino médio, graduandos e pós-graduandos, o que soma uma população acima de 80 mil pessoas.

A UFV, com uma trajetória de 86 anos, tanto no âmbito nacional como internacional, é uma Universidade reconhecida pela sua excelência no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão, sobretudo pelas suas contribuições para o desenvolvimento da agricultura. No que se refere às Licenciaturas, atenta à política de expansão das universidades públicas, a UFV volta-se para a diversificação dessa modalidade de formação, motivo pelo qual vem oferecendo dezoito (18) Cursos, assim distribuídos em dois (2) de seus *Campi*: treze (13) cursos no *Campus* Viçosa e cinco (5) no *Campus* Florestal.

Com mais de 14.000 discentes matriculados em seus três *Campi*, a UFV oferece também os ensinos médio e técnico, atualmente com 480 estudantes cursando o Colégio de Aplicação - COLUNI, no *Campus* Viçosa - avaliado como o melhor Colégio Público de Minas Gerais e 703 estudantes cursando ensino médio no *Campus* Florestal.

A UFV também é referência no ensino de pós-graduação, com o oferecimento de 41 Programas, sendo 41 Cursos de Mestrado e 24 Cursos de Doutorado, totalizando mais de 2.200 discentes pós-graduandos. Apesar do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE ser recém-criado, em seus quatro anos de existência tem possibilitado a produção de um conjunto de pesquisas consistentes sobre a Educação do Campo, principalmente nas temáticas: Formação de Professores e Práticas Educativas das Escolas do Campo.

A construção da Educação do Campo na UFV remonta ao final dos anos 1990, envolvendo participações institucionais nos Conselhos Estadual e Nacional do PRONERA e do Programa Residência Agrária, bem como no Grupo de Trabalho da SECAD, além de parceria com a Associação Mineira das Escolas Família Agrícola -

AMEFA, orientada para a formação de monitores das EFAs em Minas Gerais. Destaca-se, ainda, nesse processo, a parceria da UFV com a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no desenvolvimento do Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã, do PRONERA. Foi dessa parceria que, a partir de 2010, teve início o Programa Observatório da Educação do Campo - OBEDUC, com o Projeto em rede *Educação do Campo, Práticas de Educação de Jovens e Adultos, Letramento e Alternâncias Educativas*, financiado no âmbito do Edital nº 038/2010/CAPES/INEP. Esse Projeto integra pesquisadores e estudantes dos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFV, UFSJ e UEMG e professores da educação básica das escolas do campo e representantes dos movimentos sociais e sindicais, especificamente o MST, FETAEMG, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e AMEFA.

Assim, a UFV – que é reconhecida pela sua excelência em pesquisas e produtos orientados para o desenvolvimento do agronegócio – também tem consolidado em seu interior um conjunto de Programas, Projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão orientados para uma agricultura de base agroecológica que, sob outro paradigma científico, educacional e de desenvolvimento, visam o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e da agroecologia em nossa sociedade, a partir de uma concepção holística e sistêmica das Ciências da Natureza. E, nesse aspecto, cabe destacar que a construção da agroecologia na UFV remonta à década 1980 com a cooperação de professores e estudantes com agricultores familiares na Zona da Mata Mineira e com a parceria com as Organizações Sociais, como o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações e Cooperativas de Agricultores Familiares, Movimentos Sociais do Campo e Escolas Famílias Agrícolas.

A longa trajetória de interação entre UFV, CTA-ZM e organizações dos agricultores propiciou o desenvolvimento de uma relação profunda, marcada pelo respeito e pela confiança mútua, condição fundamental para o compromisso recíproco entre os diversos atores na construção da Agroecologia na região e para a realização de projetos como o de criação da Licenciatura da Educação do Campo, aqui proposto. O enfoque metodológico utilizado ao longo dessa trajetória sempre procurou respeitar,

resgatar e valorizar os conhecimentos de agricultores e agricultoras e articular tal conhecimento ao conhecimento científico, em processos de inovação, orientados para a promoção de agroecossistemas mais sustentáveis (CARDOSO *et al.*, 2001; CARDOSO E FERRARI, 2006).

A UFV apresenta uma política extensionista marcada por uma diversidade de ações e orientações e, na última década, vem ampliando suas atividades com os povos do campo. São projetos e programas orientados por práticas dialogais e participativas, considerando-se os saberes populares e as contribuições do saber acadêmico.

O Programa TEIA/UFV, em atividade desde 2005, se constitui na UFV como um dos maiores campos de diálogo entre universidade e movimentos sociais e, conseqüentemente, entre universidade e sociedade. Esse Programa objetiva, como principal proposta, unificar projetos de extensão que possuam como base ações integradoras e de intensa participação popular, propiciando uma ecologia de saberes que difere dos clássicos difusionismo, assistencialismo e mera prestação de serviços. A organização do programa se dá a partir das seguintes áreas temáticas: Agroecologia, Saúde, Tecnologias Sociais, Economia Popular Solidária, Educação e Comunicação Populares, Gestão e Sistematização. A atuação do TEIA tem gerado frutos a partir de intervenções positivas nos grupos, nas organizações, em movimentos sociais parceiros e na Política de Extensão da UFV.

No campo do diálogo institucional, a aproximação entre movimentos sociais e Universidade Federal de Viçosa ganhou reforços com a criação da Assessoria de movimentos sociais, no início de 2009. Dentre seus objetivos estão o de estimular programas descentralizados de promoção de pesquisa, de ensino, de análises das problemáticas sociais, elaboradas no campo governamental e extra-governamental, entre a Universidade e os setores organizados da sociedade civil como espaço para o diálogo na realização efetiva dos direitos cidadãos; subsidiar a Reitoria, técnica e politicamente, para a tomada de decisões no âmbito de elaboração e implementação de políticas públicas nos movimentos sociais na UFV; e desenvolver parcerias e apoio técnico, por meio de projetos cooperativos entre a UFV, entidades da sociedade civil e movimentos sociais. Em síntese, a Assessoria dos movimentos sociais é responsável por estreitar institucionalmente os diálogos com os movimentos sociais, viabilizando um projeto democrático e emancipatório de universidade.

A atuação de grupos universitários autônomos tem contribuído para a expansão dos debates no seio acadêmico, cumprindo um papel de aproximação com outros movimentos sociais. A parceria com os movimentos do campo se fortaleceu a partir desse trabalho, de tal forma que, atualmente, existem projetos atuando nas áreas de reforma agrária ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Vale destacar ainda a parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM), por meio da qual se desenvolvem ações culturais e de formação com vários sindicatos de trabalhadores rurais. Através desses projetos, tem-se contribuído para organizar a questão produtiva, saneamento e habitação, formação política e inclusão social, comercialização e acesso às políticas públicas, bem como atuando com relação à segurança alimentar dos envolvidos que, em um passado recente, viveram uma situação de risco, na miséria.

Em 2011, a UFV passou a contar com os trabalhos do Observatório dos movimentos sociais, um projeto inicialmente vinculado ao programa TEIA, vindo a se tornar um Programa do PROEXT, em 2012. Pensado a partir das ações do programa TEIA, dos grupos universitários autônomos e da Assessoria de movimentos sociais, o Observatório dos movimentos sociais da Zona da Mata Mineira tem como objetivos mapear e sistematizar esses diferentes registros sobre os movimentos sociais, especialmente relacionados ao campo; além de articular, fortalecer e potencializar as ações dos movimentos sociais envolvidos. Para tanto, desenvolve parcerias com entidades de estudos similares a níveis local, regional, estadual, nacional e internacional, constituindo redes institucionais. Com isso, tem-se estabelecido um diálogo permanente com os movimentos sociais do campo, tornando-se evidente as demandas relativas à Educação do Campo.

Em 2012, a UFV foi a universidade com maior número de projetos de extensão aprovados no PROEXT, sendo que cinco Programas (Observatório dos movimentos sociais, TEIA, Agroecologia dos Saberes, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Educação Patrimonial) e um projeto (Trabalho como Princípio Educativo) estão voltados para os povos do campo na perspectiva acima mencionada.

Esses projetos se caracterizam por manterem relações contínuas entre seus membros e os movimentos sociais para pensar suas ações, especialmente em torno do

Programa TEIA. Atualmente, esse grupo de professores e parceiros buscam se institucionalizar em torno de um Núcleo interdepartamental de Agroecologia e Educação do Campo como forma de estreitar, ainda mais, os laços em torno de seus projetos. A proposta desta licenciatura em Educação do Campo se apresenta como uma das principais frentes de sistematização e socialização das práticas desse grupo.

Além disso, ressalta-se que o conjunto das atividades desenvolvidas tem contribuído para subsidiar a formulação da recente Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PNAPO, 2012), assim como a elaboração do Plano Nacional da Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PLANAPO), em fase de execução. Graças, ainda, a esse trabalho, a Zona da Mata Mineira abriga os oito locais de estudos da agroBIODIVERSITY, Rede Internacional de agrobiodiversidade, integrante do Programa Científico Internacional de Estudo da Diversidade (DIVERSITAS) (JACKSON *et al.*, 2012).

A integração Educação do Campo e Agroecologia, por sua vez, teve início na UFV em 2005, como Programa de extensão universitária TEIA, apoiado pelo MEC/SESu no âmbito do PROEXT. O TEIA, ao longo de sua história, tem possibilitado ampliar o diálogo entre o ensino, a extensão e a pesquisa numa dinâmica orientada para a construção de uma ecologia de saberes, constituindo um espaço de diálogo entre Universidade e Sociedade, que apresenta impactos na política de extensão da UFV. A ampliação e consolidação do diálogo institucional com os movimentos sociais foram reforçadas, mais recentemente, com a criação da Assessoria de Movimentos Sociais na UFV em 2009, no qual tem destaque o Programa Observatório dos Movimentos Sociais (PROEXT/MEC/2011) na busca de novas interfaces entre extensão, pesquisa e ensino da UFV.

Herdeiro do conjunto desses Programas e Projetos em desenvolvimento na UFV, o Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia, ora em formação, integra entidades e organizações sociais do campo, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associação Regional dos Trabalhadores Rurais, AMEFA, MST, FETAEMG, FETRAF, MAB, Movimento de Mulheres de Divino, CTA-ZM, Programa TEIA, Casa dos Movimentos Sociais, OBEDUC UFV/UEMG/UFSJ e Observatório dos movimentos sociais/UFV. É no âmbito das ações previstas para serem desenvolvidas por esse Núcleo, considerado um espaço institucional de fortalecimento, consolidação e

articulação dos dois campos disciplinares, que emerge a presente proposta de criação da Licenciatura de Educação do Campo.

Na UFV, o compromisso com a formação docente é uma constante em seus vários Cursos de Licenciaturas, Programas e Projetos voltados para a formação de professores e educadores, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) e do Observatório de Educação do Campo (OBEDUC), dentre outros.

Além do Observatório de Educação do Campo, o compromisso com a educação dos povos do campo também orienta a realização de inúmeros projetos e programas de extensão desenvolvidos em parceria com os movimentos sociais e sindicais do campo, a exemplo dos projetos de assessoria as Escolas Famílias Agrícolas, o Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), entre outros. Em grande parte, são projetos e programas que, realizados no âmbito da educação do campo, têm buscado fortalecer a construção da agroecologia em nossa sociedade, por entender ser essa a ciência da natureza que, atualmente, oferece as bases e os princípios de uma educação contextualizada e orientada para o (des) envolvimento rural sustentável.

A agroecologia, na perspectiva da Associação Brasileira de Agroecologia (www.aba-agroecologia.org.br), possui enfoque científico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento. Trata-se, portanto, de uma ciência multidisciplinar que se propõe a estudar processos de desenvolvimento rural sob uma perspectiva ecológica e sociocultural. Na abordagem agroecológica, a agricultura se baseia nas dinâmicas da natureza e na interação destas com os seres humanos. Nessa perspectiva, a agroecologia é uma ciência multidisciplinar que se ocupa em estabelecer novas formas de relação entre sociedade e natureza. Nas dinâmicas do conhecimento da natureza as noções de biodiversidade e agrobiodiversidade são as responsáveis pela regulação dos sistemas de saberes socioculturais e agrícolas.

Nesse contexto, o presente projeto visa, no âmbito da área de conhecimento das Ciências da Natureza e dos princípios da Educação do Campo, o desenvolvimento de uma formação que, orientada por uma abordagem multidisciplinar, articule as práticas sociais escolares e não escolares e os saberes da experiência dos diferentes sujeitos e movimentos do campo aos saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento

acadêmico. Assim, será possível formar educadores para uma atuação profissional que, além da docência, possibilite a gestão dos processos educativos que acontecem nas escolas do campo e nos outros espaços socioeducativos.

É com esse compromisso que a UFV apresenta o Projeto Político-Pedagógico do Curso Educação do Campo – Licenciatura, aprovado pelo CEPE em sua 498ª reunião, Ata de nº 498 de 8/10/2013 (anexo I), cuja proposta objetiva, inicialmente, a formação de 120 professores em docência multidisciplinar em Ciências da Natureza para uma atuação na Educação do Campo. A criação do Curso Licenciatura em Educação do Campo não apenas fortalece o compromisso da UFV com a educação do campo e com a formação de professores para a docência, nesse caso nas Ciências da Natureza, como também atende à necessidade de formação superior de professores para uma atuação mais qualificada na Educação do Campo.

O Projeto, previsto para ser iniciado no primeiro semestre de 2014, prevê habilitar professores para a docência em Ciências da Natureza, em um currículo organizado em oito (8) semestres, em regime de alternância.

2. Fundamentação Legal

O Curso irá conferir aos formandos o diploma na modalidade de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação para docência multidisciplinar em Ciências da Natureza, nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A Licenciatura em Educação do Campo fundamenta-se nas seguintes bases legais:

1. Lei 9.394 de 1996;
2. Decreto nº 7.352/2010 que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;
3. Decreto nº 6.755/2009 que institui a política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.
4. Resolução CNE/CP 2/2002 que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

5. Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
6. Parecer CNE/CP 009/2001 e Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura.
7. Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.
8. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2005 que instituiu as Políticas de educação ambiental.
9. O Edital de Chamada Pública nº 2, de 31 de agosto de 2012 da Secretaria de Educação Continuada, da Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
10. Disciplina obrigatória/optativa de Libras: Dec. Nº 5.626/2005.
11. Informações acadêmicas: disponibilizadas na forma impressa e virtual conforme exigência que consta no Art. 32 da Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007 e alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010.

Atenta ao conjunto da legislação sobre a oferta e o funcionamento de Cursos de nível superior e, mais especificadamente, naquilo que diz respeito a formação de professores, esta proposta se estrutura em uma organização curricular e, em mediações metodológicas, objetiva garantir contribuição na inclusão de pessoas com necessidades especiais- Lei 5.626/2005 - não só pela oferta da disciplina de Libras, mas, também, pela perspectiva transversal.

3. Concepção do Curso

O Movimento da Educação do Campo, ao longo de 15 anos de existência, tem como uma de suas lutas principais a construção de políticas públicas que garantam o direito da população do campo a uma escola e a uma educação do campo (CALDART, 2004). É nesse contexto que afirmamos a agroecologia, enquanto movimento, prática e

ciência (WEZEL *et al.*, 2009), como alternativa a um modelo de agricultura e de sociedade e, portanto, de fortalecimento da educação do campo.

A proposta de formação em docência em Ciências da Natureza fundamenta-se assim, numa concepção de campo como território de produção de vida, de novas relações entre o ser humano e a natureza e de novas relações entre o rural e o urbano. Nessa perspectiva, torna-se necessária uma concepção filosófica e teórica que possibilite a articulação entre o pensar e o fazer pedagógico com a construção dos saberes do desenvolvimento sustentável do campo. Isso explica a opção pela formação em Ciência da Natureza, entendendo que é a Física, a Química e a Biologia - especialmente os conhecimentos sobre biodiversidade e agrobiodiversidade - que, em inter-relação com as Ciências Humanas, irão propiciar os fundamentos necessários para o fortalecimento da educação do campo e da agroecologia como promotoras do desenvolvimento rural sustentável.

Como práticas sociais, a docência em Ciências da Natureza, a agroecologia e a Educação do Campo compartilham uma perspectiva interdisciplinar de promoção do diálogo entre diferentes perspectivas e bases de conhecimento, orientadas para a construção de outro paradigma de cientificidade, de educação, de agricultura, de desenvolvimento, de sociedade que, entre outros, tornem viável o futuro da humanidade. Essa é a concepção político conceitual que orienta a proposição do presente Curso.

Pedagogicamente, o Curso de Educação do Campo – Licenciatura – foi concebido como espaço de formação múltipla, buscando a superação dos espaços e tempos tradicionais do ensino pela construção e consolidação de novos e inovadores espaços e tempos de educação e formação profissional e cidadã. Assim, para além das salas de aulas, são propostos outros espaços de interação diversificados e não hierarquizados, como as instalações pedagógicas e a construção coletiva e participativa do conhecimento.

Esse esforço de superação dos espaços e tempos tradicionais do ensino, por sua vez, exige metodologias que propiciem a construção do conhecimento por meio da experimentação, do raciocínio, da solução de problemas e de competências cognitivas, superando o ensino que se atém à classificação e reprodução de dados no estímulo ao pensamento sedentário de uma educação bancária.

Nessa perspectiva, muitas possibilidades e desafios são vivenciados pelos educadores e educandos no cotidiano escolar e de outros espaços socioeducativos ao buscarem transformar informações em conhecimento (PIMENTA, 2002); ao tentarem se comunicar, argumentar, criticar, propondo o diálogo (FREIRE, 2002); ao exercitarem a compreensão, como parte do agir, no enfrentamento de problemas cotidianos, em estado permanente de aprendizado e reflexão interdisciplinar (FAZENDA, 2006), cientes de que a verdade do conhecimento é uma procura, não uma posse (JAPIASSU, 1975).

Cabe destacar, ainda, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica nos Cursos de Licenciatura reconhecem que a predominância da visão fragmentada do conhecimento presente nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio poderá se romper pela interdisciplinaridade, para que as novas propostas de ensino se desdobrem em práticas didáticas na sala de aula (BRASIL, 2001). Nesse aspecto, o acúmulo das experiências, ações e espaços de aprendizagens que têm sido desenvolvidos na trajetória da educação do campo e da agroecologia na UFV, nas últimas décadas, no qual se ancora a proposta desse Curso de Licenciatura em Educação do Campo, é fortemente marcada pela prática da interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, essa proposta de criação do Curso de Licenciatura na Educação do campo representa, ainda, a possibilidade de consolidação da articulação de espaços e de experiências bem-sucedidas de formação universitária.

4. Objetivos do Curso

4.1. Objetivo Geral

Formar professores e educadores habilitados em Ciências da Natureza para atuações nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na Educação do Campo.

4.2. Objetivos Específicos

- Formar professores para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na Educação do Campo, aptos a fazer a gestão de processos educativos e a desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade,

vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável do campo e do país;

- Formar e habilitar professores a partir de uma concepção agroecológica, ou seja, orientada por uma visão transdisciplinar e integradora de experiências populares e dos conhecimentos acadêmicos;
- Promover a formação de professores que possam se apropriar das diferentes experiências educativas dos movimentos e organizações sociais do campo;
- Construir um projeto de formação de professores que sirva como referência prática para políticas e pedagogias de Educação do Campo, envolvendo a participação de formadores, movimentos sociais, parceiros e educandos;
- Construir alternativas para a nucleação da rede escolar.

5 - Perfil e Competências Profissionais

O Curso de Educação do Campo - Licenciatura com habilitação em Ciências da Natureza - pretende formar 120 (cento e vinte) professores para o exercício de atividades formativas que contemplem o universo escolar, mas que possibilitem pensar a educação para além desse espaço e como instrumento importante na construção de outro projeto de campo e de sociedade. Pretende-se que os professores sejam capazes de compreender a especificidade e a diversidade da população do campo em seus aspectos social, cultural, político, econômico, de gênero, geração e classe, assim como contribuir com população no processo de sistematização, articulação e potencialização dos seus saberes, a partir do diálogo com o saber acadêmico.

A proposta de habilitação em Ciências da Natureza tem por finalidade cumprir as necessidades apontadas pelo Parecer 9/2001 (CNE/CP) do Conselho Nacional de Educação, que fundamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (anexo II), visando superar a formação fragmentada para professores da educação básica a partir de uma concepção disciplinar. A concepção agroecológica, conforme apresentada anteriormente e na perspectiva que tem sido adotada nas diversas atividades desenvolvidas em pesquisa, ensino e em extensão na UFV, pressupõe a integração das diferentes disciplinas na interpretação da realidade da população do campo. Nesse sentido, a opção pela habilitação em Ciências da Natureza

corroborar a recomendação do Parecer, ao buscar superar a formação baseada meramente na organização curricular, com foco restrito nos conteúdos específicos das disciplinas.

Busca, assim, afirmar uma concepção na qual a formação nas Ciências da Natureza pressupõe uma atuação multidisciplinar e em profundidade do professor, orientada pelas necessidades e demandas concretas dos educandos e de suas realidades socioeducativas, em coerência com as “Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo” - Resolução CNE/CEB de 3 de abril de 2002, Art. 2º, parágrafo único.

O perfil do público-alvo do Curso contemplará sujeitos dos diferentes segmentos sociais do campo tais como professores das escolas do campo, filhos de trabalhadores do campo, educadores populares, assessores de movimentos e organizações do campo, monitores de Escolas Famílias, quilombolas, atingidos por barragem, dentre outros.

Assim, partindo do que foi exposto, pretende-se, com a presente proposta de criação da Licenciatura em Educação do campo na UFV, formar e habilitar professores que estejam aptos para:

1. Atuar como professores das séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em escolas do campo;
2. Atuar na gestão de processos educativos escolares ou não, e desenvolver estratégias pedagógicas voltadas para a formação de sujeitos críticos, autônomos, participativos e criativos;
3. Construir e implementar projetos políticos pedagógicos, preferencialmente na lógica da Pedagogia da Alternância, consonantes com a especificidade e a diversidade do campo em seus aspectos social, cultural, político, econômico, de gênero, geração, classe e etnia;
4. Interrogar as Ciências da Natureza, por meio de uma concepção agroecológica, orientada por uma visão transdisciplinar e integradora de experiências populares e dos conhecimentos acadêmicos.

6. Estrutura Curricular

Ao considerarmos que o conhecimento, antes de tudo, resulta da relação do homem com a natureza, marcada por relações sociais em condições históricas específicas, assumimos que uma determinada concepção curricular reflete uma leitura

de organização da sociedade, das condições materiais objetivas, dos limites e das possibilidades legais e, sobretudo, da validade científica e da pertinência social dos saberes investidos. Sendo assim, defendemos uma estrutura curricular que contemple a docência multidisciplinar e que articule, a partir das Ciências da Natureza, a Licenciatura do Campo e a Agroecologia.

Dessa forma, esse Projeto Político Pedagógico interroga um olhar epistemológico que, além de não estabelecer fronteiras rígidas entre as áreas das Ciências da Natureza e Ciências Sociais, coloca o saber popular em diálogo com o saber científico. Portanto, essa perspectiva dilui possíveis antagonismos existentes nesses saberes e os coloca em regime de colaboração como partes complementares, constituintes do saber do educador. Além disso, essa proposta traz uma concepção societária, além de uma concepção pedagógica.

Tomamos o currículo como uma via que, ao longo do seu percurso forma o professor em um processo de acesso aos domínios teóricos e metodológicos de cunho acadêmico, apropriando, também, a experiência dos sujeitos educandos e as diversas formas de apreensão da realidade, muitas delas construídas e mobilizadas pelos movimentos sociais.

A viabilização dessa proposta se inscreve, ainda, pela marca da flexibilidade não somente no amplo leque de abordagem, da noção ampliada de ciência, mas, essencialmente, pela adoção de uma noção pedagógica enriquecida por reconhecer tempos e espaços distintos como uma diversidade na unidade educacional, tal maleabilidade é a própria Pedagogia da Alternância.

A organização curricular integra aspectos teóricos e práticos, previstos no tempo escola e no tempo comunidade, podendo ser de cunho produtivo, cultural e social, tanto aquelas já tradicionalmente que ocorrem no campo, bem como outras que mobilizam o interesse dos educandos. Em outras palavras, valemo-nos da Pedagogia da Alternância, por meio da qual as possibilidades pedagógicas são enriquecidas pela relação de alternância dos tempos e espaços pedagógicos, escolar e da vida social ampliada. Por essa via, criam-se condições para superar a dicotomia teoria e realidade, eliminando-se o engodo de que a teoria antecipa e responde a realidade e, tampouco, que a realidade se apresenta por si só destacada da teoria, ou como diria Marx, “se aparência e essência fossem as mesmas coisas, a ciência seria desnecessária”.

Por essa via, nossa proposta de docência multidisciplinar articula Ciências da Natureza, a Licenciatura do Campo, a Agroecologia e interroga um olhar epistemológico que, além de não estabelecer fronteiras rígidas entre as áreas das Ciências da Natureza e Ciências Sociais, coloca o saber popular em diálogo como o saber científico. Portanto, essa perspectiva dilui possíveis antagonismos existentes nesses saberes e os coloca em regime de colaboração como partes complementares, constituintes do saber do educador.

Além do mais, na perspectiva das alternâncias educativas, também se organizará o primeiro Plano de Estudos para que as disciplinas circulem para, e na mobilização da alternância do tempo escola e do tempo comunidade. Por essa via, se instala uma das contribuições da Pedagogia da Alternância que, ao tomar como ponto de partida a realidade em sua totalidade, exige uma rearticulação dos saberes tradicionalmente fragmentados, portanto coloca a inter/transdisciplinaridade como uma necessidade para a própria alternância.

Para materializar e operacionalizar a unidade dialética do Tempo Escola com o Tempo Comunidade, a Pedagogia da Alternância se fortalece na abordagem multi, inter e transdisciplinar. Para dar conta dessa concepção propomos que os educandos desenvolvam os seguintes **Produtos Pedagógicos**:

a) Social - envolve, portanto, a sociedade, grupos e classes sociais, movimentos sociais manifestações artísticas e culturais e outros. Podendo ser materializado em linguagens diversas, em eventos, intervenções sociais, instalações pedagógicas e produtos acadêmicos, tais como resenha, artigos, peças teatrais, dentre outros;

b) Político - envolve a sociedade política e a sociedade civil, o Estado, as políticas públicas, as ações instituintes e as diversas formas de intervenção popular, dentre outros. Podendo ser materializado em linguagens diversas, em eventos, instalações pedagógicas/artísticas, intervenções políticas, petições, manifestos e produtos acadêmicos;

c) Metodológico - diz respeito às diversas possibilidades de interpretação e intervenção da/na realidade. Pode se inscrever no espaço escolar, bem como nos demais espaços de vida no campo. Podendo ser materializado em linguagens diversas, em eventos, instalações pedagógicas, materiais didáticos, intervenções educativas e produtos acadêmicos;

d) Científico/Tecnológico - pode ser tanto um artefato produtivo, pedagógico, experimental, quanto uma determinada sistematização teórica;

e) Projeto profissional: a partir do 5º período, o educando será estimulado a pensar na sua atuação como professor, diante da realidade onde será inserido. O Projeto busca a inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, torna-se fundamental que os educandos utilizem os Instrumentos da Alternância, de modo a potencializar a construção de um novo modelo de educação, campo e sociedade;

d) TCC: A partir do 5º período, o educando terá a oportunidade de articular os acúmulos dos produtos pedagógicos e do Projeto Profissional com uma das modalidades do Trabalho de Conclusão de Curso/TCC.

6.1. Áreas de Conhecimento

Para que essa operacionalização garanta a coerência desse Projeto, organizamos a estrutura curricular com áreas de conhecimento, articuladas ao longo de todo o Curso; integrando, portanto, todo o tempo a apreensão dos conteúdos científicos com formação humana e de tipo didático-pedagógica. Assim sendo, temos as seguintes áreas: **a) Ciências Sociais e Humanidades** e **b) Ciências da Natureza**. Na primeira área, situam-se os conteúdos de fundamentos da educação, de análise da organização da sociedade, educação do campo e aqueles tomados como didático-pedagógicos de um modo geral. Na segunda, temos os conteúdos dos domínios básicos das ciências da natureza, bem como aqueles mais identificados com campo da abordagem agroecológica. Dessa forma, objetiva-se garantir a formação de uma Licenciatura da Educação do Campo que não prescindia da formação docente e da base científica, mas que compreenda o campo em suas múltiplas dimensões e a urgência de debater outra organização social do campo.

6.2 - Conteúdos Curriculares e Áreas de Formação

Os conteúdos curriculares, mediados por procedimentos metodológicos assentados no construtivismo, no trabalho como princípio educativo e na interação do saber acadêmico com o saber popular, estão organizados na perspectiva de obter a **Formação Geral, a Formação Específica e a Formação Profissional**.

6.2.1. **Formação Geral** com forte presença dos elementos das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, quais sejam:

- ENA 105 - Filosofia, Ciência e Sociedade;
- ENA 110 - Sociologia e Educação do Campo;
- ENA 120 - Mundos do Trabalho e o Campo;
- ENA 100 - História da Linguagem;
- ENA 101 - Comunicação Rural e Linguagem;
- ENA 115 - Psicologia Comunitária e Educação do Campo-Cidade;
- ENA 103 - Educação Inclusiva e Libras;
- ENA 111 - Realidade Brasileira, Latinoamericana e Internacional;
- ENA 130 - Orientações da Pesquisa-Ação;
- ENA 131 - Orientações Teórico-Methodológicas de Projetos I;
- ENA 132 - Orientações Teórico-Methodológicas de Projetos II;
- ENA 134 - Orientação de TCC .

6.2.2. **Formação Específica**, cuja abordagem coloca-se, dentre outras coisas, essencialmente, com vistas à formação do licenciado em Ciências da Natureza, mais particularmente, na mobilização da agroecologia como mediação praxiológica para a Educação do campo. Assim, temos:

- ENA 125 - Educação do Campo;
- ENA 200 - Agrobiodiversidade e Recursos Genéticos;
- ENA 210 - Territórios e Educações do Campo;
- ENA 201 - Água e Sociedade;
- ENA 204 - Educação e Ciências dos Solos;
- ENA 225 - Ensino de Ciências; a Matemática e suas tecnologias para a Educação do Campo ;
- ENA 230 - Ensino de Ciências; a Física e suas tecnologias para a Educação do Campo I;
- ENA 231 - Ensino de Ciências; a Física e suas tecnologias para a Educação do Campo I;

- ENA 232 - Ensino de Ciências; a Física e suas tecnologias para a Educação do Campo III;
- ENA 240 - Ensino de Ciências; a Química e suas tecnologias para a Educação do Campo I.;
- ENA 241 - Ensino de Ciências; a Química e suas tecnologias para a Educação do Campo II;
- ENA 235 - Ensino de Ciências; a Biologia e suas tecnologias para a Educação do Campo I;
- ENA 236 - Ensino de Ciências; a Biologia e suas tecnologias para a Educação do Campo II;
- ENA 202 - Animais para a Agroecologia;
- ENA 203 - Sanidade Animal e Vegetal;
- ENA 212 - Antropologia Cultural;
- ENA 213 - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;
- ENA 214 - Organizações Econômicas e Acesso aos Mercados;
- ENA 215 - Ecologia dos Saberes e Epistemologia da Educação do Campo;
- ENA 216 - Educação e Saúde Comunitária;
- ENA 217 - Políticas Públicas para o meio rural;
- ENA 250 - Seminário de Sistematização I;
- ENA 251 - Seminário de Sistematização II;
- ENA 218 - Ecologia Política;
- ENA 205 - Excursões Agroecológicas;
- ENA 245 - Ciências e Tecnologias Alternativas I;
- ENA 246 - Ciências e Tecnologias Alternativas II.

6.2.3. **Formação Profissional**, com efeito, favorece a perspectiva da profissionalização docente e, portanto, dos entrelaçamentos entre o trabalho pedagógico e o trabalho docente necessário na atuação na Educação do Campo, na Formação Pedagógica e para além delas. Ambas são explicitadas em conteúdos específicos, mas

contempladas por todo o conjunto das disciplinas enriquecidas pelas práticas pedagógicas por se tratar de uma licenciatura, pelos Estágios Curriculares Supervisionados. Portanto, temos:

- ENA 160 - Práticas Educativas I: pedagogia do Trabalho;
- ENA 161 - Práticas Educativas II: Alternância Educativas;
- ENA 162 - Práticas Educativas III: saúde integral e homeopatia;
- ENA 163 - Práticas Educativas IV: Ciência, Tecnologia e Sociedade;
- ENA 180 - Sistema Educativo e Políticas da Educação do Campo;
- ENA 165 - Orientações Didáticas da Educação do Campo;
- ENA 166 - Metodologia das Aprendizagens de Ciências da Natureza;
- ENA 175 - Laboratório em Ciências da Natureza I ;
- ENA 176 - Laboratório em Ciências da Natureza I ;
- ENA 170 - Estágio supervisionado I;
- ENA 171 - Estágio supervisionado II;
- ENA 172 - Estágio supervisionado III;
- ENA 173 - Estágio supervisionado IV;
- ENA 300 - Seminário de Apresentação de TCC.

6.3. Organização Curricular e alternância por períodos

Os conteúdos estão organizados ao longo de todo o Curso, apoiando-se na Pedagogia da Alternância, cuja relação teoria e prática favorece uma progressiva formação do licenciado em Ciências da Natureza em uma perspectiva que tome a Educação do Campo em seu sentido mais amplo como, por exemplo, uma formação escolar que não se divorcie dos princípios da agroecologia, da educação popular e do campo como lugar de vida. Os períodos estão organizados assim:

Primeiro período - No início do Curso, considerando o caráter de inovação pedagógica dessa Licenciatura em Educação do Campo, será realizado um Seminário de Nivelamento no primeiro período, com a finalidade de promover uma maior integração entre docentes e discentes, de uns com outros e desse conjunto de sujeitos com as

temáticas que serão abordadas. Esse Seminário afinará as perspectivas inter, multi e transdisciplinares, bem como fomentar um padrão de nivelamento entre os participantes, na busca epistemológica de uma ecologia de saberes.

O Projeto de Estudo, PE, no primeiro período, resulta do Seminário de Nivelamento, no qual os educandos interrogam as disciplinas a partir da perspectiva que trazem de sua realidade e das possibilidades do Produto Pedagógico Social, momento em que é desenvolvido o Caderno da Realidade. Desse modo, no primeiro Tempo Comunidade, os discentes recebem o Projeto de Estudo a fim de iniciar o seu desenvolvimento. Na primeira sessão de alternância ocorre a Colocação em Comum, na qual se gera a síntese pessoal em que cada educando registra as suas questões e, em seguida, a síntese geral, na qual expressa uma sistematização das apreensões coletivas. A partir da primeira sessão desenvolvem-se as atividades de retorno, nas quais o educando desenvolve atividades para, e na sua comunidade. Na última Colocação em Comum do Período objetiva-se sistematizar o PE do período e organizar as abordagens do período seguinte. Esse período estará articulado em torno do Produto Pedagógico Social, contando com as seguintes disciplinas: *Mundos do Trabalho e o Campo, História e Memória da Linguagem, Sociologia e Educação do Campo, Práticas Educativas I: Pedagogia do Trabalho, Educação do Campo, Agrobiodiversidade e Recursos Genéticos, Ensino de Ciências; a Biologia e suas tecnologias para a Educação do Campo I.*

Segundo Período - A partir da apreensão dos Cadernos da Realidade, da Colocação em Comum e das problemáticas levantadas no entorno do Projeto de Estudo e do produto Social no período anterior é que se organizará o desenvolvimento do próximo produto, o Político.

O Projeto de Estudo, PE, no segundo período, partirá das sistematizações do período anterior, todavia, incorporando as novas demandas e perspectivas que os educandos trazem de sua realidade, interrogando os saberes que articulem o Produto Pedagógico Social com o Político. Portanto, temos o ciclo de alternância, em que, após o primeiro Tempo Comunidade, os discentes levam o Projeto de Estudo a fim de iniciar o seu desenvolvimento. Na primeira sessão de alternância ocorre a Colocação em Comum, na qual se gera a síntese pessoal, em que cada educando registra as suas

questões e a síntese geral, a qual expressa uma sistematização das apreensões coletivas. A partir da primeira sessão desenvolvem-se as atividades de retorno, em que o educando desenvolve atividades para, e na sua comunidade.

Na última Colocação em Comum do Período objetiva-se sistematizar o PE do período e organizar as abordagens do período seguinte.

Assim, temos as seguintes disciplinas: *Educação e Ciências do Solo, Territórios e Educações do Campo, Comunicação Rural e Linguagem, Práticas Educativas II: Alternâncias Educativas, Ensino de Ciências, Física e suas tecnologias para a Educação do Campo I, Ensino de Ciências, Biologia e suas tecnologias para a Educação do Campo II, Ensino de Ciências, Química e suas tecnologias para a Educação do Campo I.*

Terceiro Período A partir da apreensão dos Cadernos da Realidade, da Colocação em Comum e das problemáticas levantadas no entorno do Projeto de Estudo e dos produtos Social e Político nos períodos anteriores é que se organizará o desenvolvimento do próximo produto, o Metodológico.

O Projeto de Estudo, PE, no terceiro período, partirá das sistematizações do período anterior, todavia, incorporando as novas demandas e perspectivas que os educandos trazem de sua realidade, interrogando os saberes que articulem o Produto Pedagógico Social, o Político com o Metodológico. Portanto, temos o ciclo de alternância, em que após o primeiro Tempo Comunidade, o discente recebe o Projeto de Estudo a fim de iniciar o seu desenvolvimento. Na primeira sessão de alternância ocorre a Colocação em Comum, na qual se gera a síntese pessoal, em que cada educando registra as suas questões e a síntese geral, a qual expressa uma sistematização das apreensões coletivas. A partir da primeira sessão desenvolvem-se as atividades de retorno, em que o educando desenvolve atividades para, e na, sua comunidade. Na última Colocação em Comum do Período objetiva-se sistematizar o PE do período e organizar as abordagens do período seguinte.

Assim, temos as seguintes disciplinas: *Água e Sociedade, Psicologia Comunitária - Educação do Campo-Cidade, Antropologia Cultural, Práticas Educativas III: Saúde Integral e Homeopatia, Ensino de Ciências, Matemática e suas*

tecnologias para a Educação do Campo, Sanidade Animal e Vegetal, Laboratório em Ciências da Natureza I.

Quarto Período. A partir da apreensão dos Cadernos da Realidade, da Colocação em Comum e das problemáticas levantadas no entorno do Projeto de Estudo e dos produtos Social, Político e Metodológico nos períodos anteriores é que se organizará o desenvolvimento do próximo produto, o Científico/Tecnológico.

O Projeto de Estudo, PE, no quarto período, partirá das sistematizações do período anterior, todavia, incorporando as novas demandas e perspectivas que os educandos trazem de sua realidade, interrogando os saberes que articulem o Produto Pedagógico Social, o Político, o Metodológico com o Científico/Tecnológico. Portanto, temos o ciclo de alternância em que, após o primeiro Tempo Comunidade, o discente recebe o Projeto de Estudo a fim de iniciar o seu desenvolvimento. Na primeira sessão de alternância ocorre a Colocação em Comum, na qual se gera a síntese pessoal, em que cada educando registra as suas questões e a síntese geral, a qual expressa uma sistematização das apreensões coletivas. A partir da primeira sessão desenvolvem-se as atividades de retorno, em que o educando desenvolve atividades para, e na, sua comunidade.

Na última Colocação em Comum do Período objetiva-se sistematizar o PE do período e organizar as abordagens do período seguinte. Assim, temos as seguintes disciplinas: *Orientações Didáticas da Educação do Campo, Práticas Educativas IV: Ciência, Tecnologia e Sociedade, Filosofia, Ciência e Sociedade, Animais para Agroecologia, Ensino de Ciências; a Química e suas tecnologias para a Educação do Campo II, Ensino de Ciências; a Física e suas tecnologias para a Educação do Campo II, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.*

Quinto Período. A partir da apreensão dos Cadernos da Realidade, da Colocação em Comum e das problemáticas levantadas no entorno do Projeto de Estudo e dos produtos Social, Político, Metodológico e Científico/Tecnológico nos períodos anteriores é que se iniciará o desenvolvimento do TCC, o qual poderá circular em torno dos produtos com a progressiva apreensão das questões escolares.

O Projeto de Estudo, PE, no quinto período, partirá das sistematizações do

período anterior, todavia, incorporando as novas demandas e perspectivas que os educandos trazem de sua realidade, interrogando os saberes que articulem os Produtos Pedagógicos com o Projeto Profissional e o desenvolvimento do TCC com a progressiva apreensão das questões escolares.

Portanto, temos o ciclo de alternância em que, após o primeiro Tempo Comunidade, o discente recebe o Projeto de Estudo a fim de iniciar o seu desenvolvimento. Na primeira sessão de alternância ocorre a Colocação em Comum, na qual se gera a síntese pessoal, em que cada educando registra as suas questões e a síntese geral, a qual expressa uma sistematização das apreensões coletivas. A partir da primeira sessão desenvolvem-se as atividades de retorno, em que o educando desenvolve atividades para, e na, sua comunidade. Na última Colocação em Comum do Período objetiva-se sistematizar o PE do período e organizar as abordagens do período seguinte.

Assim, temos as seguintes disciplinas: *Estágio Supervisionado I, Educação Inclusiva e Libras, Orientações da Pesquisa-Ação, Organização Econômica e Acesso a Mercados, Metodologias de Aprendizagens das Ciências da Natureza, Ecologia dos Saberes e Epistemologia da Educação do Campo, Ensino de Ciências; a Física e suas tecnologias para a Educação do Campo III.*

Sexto Período - A partir da apreensão dos Cadernos da Realidade, da Colocação em Comum e das problemáticas levantadas no entorno do Projeto de Estudo e dos produtos Social, Político, Metodológico e Científico/Tecnológico nos períodos anteriores, será possível dar continuidade ao desenvolvimento do TCC, o qual poderá circular em torno dos produtos com a progressiva apreensão das questões escolares.

O Projeto de Estudo, PE, no sexto período, partirá das sistematizações do período anterior, todavia, incorporando as novas demandas e perspectivas que os educandos trazem de sua realidade, interrogando os saberes que articulem os Produtos Pedagógicos com o Projeto Profissional e o desenvolvimento do TCC, o qual poderá circular em torno dos produtos com a progressiva apreensão das questões escolares.

Portanto, temos o ciclo de alternância em que, após o primeiro Tempo Comunidade, o discente recebe o Projeto de Estudo a fim de iniciar o seu desenvolvimento. Na primeira sessão de alternância ocorre a Colocação em Comum, na

qual se gera a síntese pessoal, em que cada educando registra as suas questões e a síntese geral, a qual expressa uma sistematização das apreensões coletivas. A partir da primeira sessão desenvolvem-se as atividades de retorno, em que o educando desenvolve atividades para, e na, sua comunidade. Na última Colocação em Comum do Período objetiva-se sistematizar o PE do período e organizar as abordagens do período seguinte.

Assim, temos as seguintes disciplinas: *Sistema Educativo e Políticas da Educação do Campo, Orientações Teórico- Metodológicas de Projetos I, Realidade Brasileira, Latinoamericana e Internacional, Estágio Supervisionado II, Educação e Saúde Comunitária, Ciências e Tecnologias Alternativas I.*

Sétimo Período – A partir da apreensão dos Cadernos da Realidade, da Colocação em Comum e das problemáticas levantadas no entorno do Projeto de Estudo e dos produtos Social, Político, Metodológico e Científico/Tecnológico nos períodos anteriores, será possível dar continuidade ao desenvolvimento do TCC, o qual poderá circular em torno dos produtos com a progressiva apreensão das questões escolares.

O Projeto de Estudo, PE, no sétimo período, partirá das sistematizações do período anterior, todavia, incorporando as novas demandas e perspectivas que os educandos trazem de sua realidade, interrogando os saberes que articulem os Produtos Pedagógicos com o Projeto Profissional e o desenvolvimento do TCC, o qual poderá circular em torno dos produtos com a progressiva apreensão das questões escolares.

Portanto, temos o ciclo de alternância, em que, após o primeiro Tempo Comunidade, o discente recebe o Projeto de Estudo a fim de iniciar o seu desenvolvimento. Na primeira sessão de alternância ocorre a Colocação em Comum, na qual se gera a síntese pessoal, em que cada educando registra as suas questões e a síntese geral, a qual expressa uma sistematização das apreensões coletivas. A partir da primeira sessão desenvolvem-se as atividades de retorno, em que o educando desenvolve atividades para, e na, sua comunidade. Na última Colocação em Comum do Período objetiva-se sistematizar o PE do período e organizar as abordagens do período seguinte com a progressiva apreensão das questões escolares.

Assim, temos as seguintes disciplinas: *Estágio Supervisionado III, Orientações Teórico- Metodológicas de Projetos II, Seminário de Sistematização I, Políticas*

Públicas para o meio rural , Laboratório em Ciências da Natureza II, Ciências e Tecnologias Alternativas II.

Oitavo Período - A partir da apreensão dos Cadernos da Realidade, da Colocação em Comum e das problemáticas levantadas no entorno do Projeto de Estudo e dos produtos Social, Político, Metodológico e Científico/Tecnológico nos períodos anteriores, objetivando-se a sistematização e a conclusão do TCC, o qual poderá circular em torno dos produtos com a progressiva apreensão das questões escolares.

O Projeto de Estudo, PE, no sexto período, partirá das sistematizações do período anterior, todavia, incorporando as novas demandas e perspectivas que os educandos trazem de sua realidade, interrogando os saberes que articulem os Produtos Pedagógicos com o Projeto Profissional e o desenvolvimento do TCC, o qual poderá circular em torno dos produtos com a progressiva apreensão das questões escolares.

Portanto, temos o ciclo de alternância em que, após o primeiro Tempo Comunidade, o discente recebe o Projeto de Estudo a fim de iniciar o seu desenvolvimento. Na primeira sessão de alternância ocorre a Colocação em Comum, na qual se gera a síntese pessoal, em que cada educando registra as suas questões e a síntese geral, a qual expressa uma sistematização das apreensões coletivas. A partir da primeira sessão desenvolvem-se as atividades de retorno, em que o educando desenvolve atividades para, e na sua comunidade. Na última Colocação em Comum do Período objetiva-se sistematizar o PE do período, o Projeto Profissional e o TCC.

Assim, temos as seguintes disciplinas: *Estágio Supervisionado IV, Atividades Complementares, Orientação de TCC , Seminário de Sistematização II, Excursões Agroecológicas, Ecologia Política, Seminário de Apresentação de TCC.*

6.4. Estágio Curricular Supervisionado

De modo geral, o estágio constitui-se na vivência e no exercício profissional da docência, sob orientação e acompanhamento de professores, articulado ao planejamento das instituições de ensino, campo de estágio. A concepção de estágio nesta proposta tem como ponto de partida a base legal apontada pela Lei de estágios, 11788/2008 e as resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002. Como preconiza a Resolução CNE/CP 01/2002, Art. 13, 3º parágrafo, o Estágio Curricular Supervisionado nessa Proposta será

desenvolvido a partir da segunda metade do Curso e será avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio. A carga horária corresponderá à indicação da Resolução CNE/CP 2/2002, Art. 1, II, isto é, 400 horas a partir do início da segunda metade do Curso. Para tanto, serão realizados convênios e parcerias com o sistema público de ensino, bem como com escolas comunitárias como, por exemplo, as EFA's (Escolas Família-Agrícolas). O regulamento do Estágio Supervisionado encontra-se neste Projeto no anexo III.

Portanto, no caso desta Proposta o Estágio Curricular Supervisionado terá início a partir do 5º Período, com carga horária e objetos de observação/prática diluídos no 5º, 6º, 7º e 8º Períodos. Para a realização do estágio, a Pedagogia da Alternância acaba por favorecer uma otimização da relação tempo e espaço, uma vez que será realizado durante o Tempo Comunidade, articulados às atividades de pesquisa e estudo.

Trata-se de uma relação com o campo de trabalho e com a vida cultural, política e social, antes da conclusão da formação propriamente dita. Isso indica que o educando traz para o interior do Curso problemas e questões colocadas pela vivência não só do mundo do trabalho, mas, também, de um percurso social ampliado. Por isso, propomos uma abordagem teórico-prática, que solicita uma pedagogia atenta ao movimento do real, mais qualitativa também, na medida em que o educando interroga a prática na própria formação. Propõe-se assim, uma formação problematizadora que seja atravessada pela síntese das múltiplas relações que compõem a realidade, que se coloque para além das abordagens disciplinares e que não tome a teoria de forma descontextualizada. Por essa via, o Estágio se converte em aporte para o desenvolvimento da inter e transdisciplinaridade, apontadas no Parecer CNE/CP 009/2001 e Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, em nível superior, em Curso de Licenciatura. A estruturação do estágio está prevista da seguinte forma:

Quinto Período - observação em escolas do e no campo, perpassando pela organização do trabalho docente como, por exemplo, funcionamento da biblioteca, reuniões pedagógicas e atividades fora da sala de aula, no sentido de levantar informações necessárias à compreensão do contexto educacional em que se insere o trabalho do educador. Encontros sistemáticos para orientar o Estágio Curricular Supervisionado e refletir sobre o desenvolvimento das atividades acadêmicas no regime do Tempo

Acadêmico. O estágio nesse período será realizado a partir da matrícula na disciplina Estágio Supervisionado I, totalizando 150 horas de estágio.

Sexto Período - Observação de campo em diferentes instâncias da estrutura educacional e de organizações educativas da sociedade, tais como: escolas do e no campo, Sindicatos, ONGs, Centros Familiares de Formação por Alternância, Organizações Sociais de Trabalhadores do Campo e da Educação e órgãos de gestão pública com atuação vinculada à Educação do Campo, no sentido de levantar informações necessárias à compreensão do contexto educacional em que se insere o trabalho do educador. Encontros sistemáticos para orientar o Estágio Curricular Supervisionado e refletir sobre o desenvolvimento das atividades acadêmicas no regime do Tempo Acadêmico. O estágio nesse período será realizado a partir da matrícula na disciplina Estágio Supervisionado II, totalizando 150 horas de estágio.

Sétimo Período - Em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, propõe-se intervenção, onde o estudante deverá realizar o planejamento envolvendo os professores da escola e participar das aulas, cuja Prática Educativa deverá favorecer a experimentação de procedimentos pedagógicos inovadores com as dinâmicas interativas e contextualizadas, simulações e trocas de experiências, demonstrações de ações já realizadas no âmbito do ensino nas escolas do campo. Encontros sistemáticos para orientação do Estágio Curricular Supervisionado e refletir sobre desenvolvimento das atividades acadêmicas no regime do Tempo Acadêmico. O estágio nesse período será realizado a partir da matrícula na disciplina Estágio Supervisionado III, totalizando 150 horas de estágio.

Oitavo Período - Em turmas do Ensino Médio, propõe-se intervenção, na qual o estudante deverá realizar o planejamento envolvendo os professores da escola e participar das aulas, cuja Prática Educativa deverá favorecer a experimentação de procedimentos pedagógicos inovadores com as dinâmicas interativas e contextualizadas, simulações e trocas de experiências, além de demonstrações de ações já realizadas no âmbito do ensino nas escolas do campo. Encontros sistemáticos para orientação do Estágio Curricular Supervisionado e refletir sobre desenvolvimento das atividades acadêmicas no regime do Tempo Acadêmico.

A avaliação do estagiário ocorrerá durante o desenvolvimento de suas atividades, tanto por parte da Prática Educativa no Tempo Acadêmico, como na prática docente em suas comunidades. O estágio nesse período será realizado a partir da matrícula na disciplina Estágio Supervisionado IV, totalizando 150 horas de estágio.

6.5. Atividades Complementares

Em consonância com a Resolução CNE/CP 01/2002, os cursos de licenciaturas devem contemplar a ampliação cultural do licenciado, exige-se, minimamente, que o educando cumpra um encargo de 200 horas que será cumprida pela disciplina Atividades Complementares no 8º período, previstas como atividades acadêmico-científico-culturais, as quais podem ser estimuladas pela nossa instituição, ou seja, dentro, ou fora da UFV. Todavia, esse percurso do educando não deve se limitar ao espaço e tempo prescrito pela estrutura curricular, em outras palavras, a Supervisão de Estágio desenvolverá estratégias formais para acolher registros de experiências dos alunos de natureza acadêmico-científico-culturais desenvolvidas em quaisquer espaços.

Logo, os estudantes devem participar de atividades extracurriculares que contribuem para dinamizar os processos de ensino e aprendizagem, como ciclo de palestras, reuniões acadêmicas, seminários, workshops, visitas técnicas, dentre outras atividades, para ampliação do seu capital cultural. As normas de atividades complementares encontram-se no Anexo IV.

6.6. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), atividade articulada às várias dimensões trabalhadas ao longo do curso, na forma de produtos que abordem a realidade da Educação do Campo e suas múltiplas dimensões, podendo ser sistematizado em múltiplas linguagens, tais como artigos, monografias, peças teatrais, produção multimídia e projetos de intervenção pedagógica, política e produtiva do e no campo. Nessa proposta de curso, o TCC se iniciará a partir do 5º Período, subsidiado pelas reflexões dos Produtos Pedagógicos, respectivamente, Social, Político, Metodológico e Científico/Tecnológico. A elaboração dos TCCs conta, ainda, com as Colocações em Comum ao longo de todo o Curso e do contato direto com a realidade da

Educação do Campo, por meio do Estágio Curricular Supervisionado, além da contribuição das seguintes disciplinas:

Disciplinas	Períodos
Orientações da Pesquisa-Ação	5º
Orientações Teórico-Metodológicas de Projetos I	6º
Orientações Teórico-Metodológicas de Projetos II	7º
Seminário de Sistematização I	7º
Orientação de TCC	8º
Seminário de Sistematização II	8º
Seminário de Apresentação de TCC	8º

As normas do TCC encontram-se no Anexo V.

6.7. Prática como Componente

O desenvolvimento da prática não ficará restrito ao estágio que, em consonância com a legislação e com os princípios da Pedagogia da Alternância, deve atravessar toda a formação. Nesse aspecto, os instrumentos de Alternância, Plano de Estudo, Caderno da Realidade e Colocação em Comum/Círculos de Cultura garantem a integração das disciplinas entre si, a articulação com os respectivos eixos fará com que a instrumentalização interrogue e intervenha na realidade. E, se, a rigor, todas as disciplinas possuem o que aqui chamamos do TE, Tempo Comunidade, portanto, tempo e espaço essencialmente voltados para a prática, contamos, ainda, com as disciplinas de **Práticas Educativas, Didática, do Estágio Curricular Supervisionado e das Expedições Agroecológicas**, a dimensão da prática atravessará as abordagens teóricas para formação do Licenciado em Educação do campo nas Ciências da Natureza.

Nesse sentido, essa proposta traz, também, uma concepção societária, além de uma concepção pedagógica. Tomamos o currículo como uma via que, ao longo do seu percurso forma o professor em um processo de acesso aos domínios teóricos e metodológicos de cunho acadêmico, apropriando também a experiência dos sujeitos educandos e as diversas formas de apreensão da realidade, muitas delas, construídas e mobilizadas pelos movimentos sociais.

Para viabilizar essa Proposta, a organização curricular integra aspectos teóricos e práticos, previstos no tempo escola e no tempo comunidade, podendo ser de cunho

produtivo, cultural e social, tanto aquelas já tradicionalmente que ocorrem no campo, bem como outras que mobilizam o interesse dos educandos. Em outras palavras, valemo-nos da Pedagogia da Alternância, por meio da qual as possibilidades pedagógicas são enriquecidas pela relação de alternância dos tempos e espaços pedagógicos, escolar e da vida social ampliada. Por essa via, criam-se condições para superar a dicotomia teoria e realidade, eliminando-se o engodo de que a teoria antecipa e responde a realidade e, tampouco, que a realidade se apresenta por si só destacada da teoria, ou como diria Marx, “se aparência e essência fossem as mesmas coisas, a ciência seria desnecessária”.

Disciplinas	Períodos	Carga Horária
Práticas Educativas I e Pedagogia do Trabalho	1*	75h
Práticas Educativas II - Alternâncias Educativas	2*	75h
Práticas Educativas III - Saúde Integral e Homeopatia	3*	75h
Práticas Educativas IV - Ciências, Tecnologias e Sociedade	4*	75h
Orientações Didáticas da Educação do Campo	4*	60h
Estágio Supervisionado I	5*	150h
Estágio Supervisionado II	6*	150h
Estágio Supervisionado III	7*	150h
Estágio Supervisionado IV	8*	150h
Excursões Agroecológicas	8*	60h

6.8. Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Destacamos a incorporação da abordagem das relações étnico-raciais- CNE/CP 01 de 17/07/2004 pela via transversal e reforçada, ainda, pela disciplina Educação Popular e Diversidade. Pode-se afirmar, também, que essa abordagem é contemplada nesta proposta na medida em que tomamos como baliza as referências da Educação do Campo e incorporamos o debate sobre o capital cultural e social dos sujeitos coletivos do campo, por extensão, dada as características da Zona da Mata Mineira, pelas relações étnico-raciais nas seguintes disciplinas:

Disciplinas	Períodos
ENA 110 - Sociologia e Educação do Campo	1º
ENA 210 - Territórios e Educações do Campo	2º
ENA 212 - Antropologia Cultural	3º
ENA 115 - Psicologia Comunitária - Educação do Campo-	3º

Cidade	
ENA 180 - Sistema Educativo e Políticas da Educação do Campo	6º

6.9. Políticas de Educação ambiental

Uma outra articulação do pedagógico com os aspectos legais se evidencia ao atendimento Lei 9.795/1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que versa sobre a educação ambiental, a qual neste projeto recebe a contribuição da forte presença da abordagem da agroecologia no próprio entrelaçamento com os referenciais da Educação do Campo nas seguintes disciplinas:

Disciplinas	Períodos
ENA 125 - Educação do Campo	1º
ENA 200 - Agrobiodiversidade e Recursos Genéticos	1º
ENA 201 - Água e Sociedade	3º
ENA 203 - Sanidade Animal e Vegetal	3º
ENA 105 - Filosofia, Ciência e Sociedade	4º
ENA 163 - Práticas Educativas IV	4º
ENA 202 - Animais para a Agroecologia	4º
ENA 215 - Ecologia dos Saberes e Epistemologia da Educação do Campo	5º
ENA 245 - Ciências e Tecnologias Alternativas I: O ajuste social da ciência e da tecnologia	6º
ENA 246 - Ciências e Tecnologias Alternativas II: O ajuste social da ciência e da tecnologia	7º
ENA 205 - Excursões Agroecológicas	8º
ENA 218 - Ecologia Política	8º

7. Integralização Curricular do Curso

O curso de Educação do Campo com habilitação para docência multidisciplinar em Ciências da Natureza obedece às Resoluções e Legislações específicas sobre formação de professores. A carga horária está definida para o Curso da seguinte forma:

Disciplinas Obrigatórias:	3.630 horas
Tempo Escola:	2205 horas
Tempo Comunidade:	1425 horas
Atividades Complementares:	210 horas
Pratica como Componentes Curriculares	420 horas

Estágio Curricular Supervisionado:	600 horas
Trabalho de Conclusão de Curso:	405 horas
Disciplinas Optativas:	0 hora
Total:	3.630 horas

8. Matriz Curricular do Curso

A matriz curricular do Curso com as informações sobre sequência de oferecimento, créditos, carga horária, bem como as ementas, de todas as disciplinas do Curso encontram-se no Anexo VI.

9. Bibliografia Básica, Complementar e Periódicos

As bibliografias básicas, complementares e periódicos, bem como o número de exemplares disponíveis constam dos programas analíticos das diversas disciplinas do Curso e encontram-se na Biblioteca Central, bem como na Biblioteca Setorial do Departamento de Educação.

10. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

A Educação do Campo, apesar de seus inequívocos avanços, tanto em termos de práticas quanto de políticas públicas, ainda enfrenta resistências por parte da hegemônica concepção tradicional da escola rural. Portanto, os processos de ensino-aprendizagem ficam devedores de uma inserção socioambiental adequada aos novos tempos e tecnologias educacionais, em contramão ao que se busca na Educação do campo e não incomum ao tratamento pejorativo em relação aos saberes, a cultura e as experiências de que os povos do campo são portadores.

A perspectiva dominante de formação de professores permanece refém e se reduz aos processos de escolarização, abrindo-se pouco a pouco a uma formação de educadores contextualizada. Assim, evasão, reprovação e desinteresse são faces da mesma moeda de boa parte das experiências das escolas do campo. Nesse caudal se insere essa Proposta, assumindo tanto a educação de tipo escolarizada, quanto a educação não escolar organizacional, trazendo, portanto, a validade histórica e epistemológica da educação informal comunitária e familiar.

Dessa forma, ao tomar a noção de uma educação que se vincule à vida social

ampla dos povos do campo, tem-se a possibilidade, inclusive, de superar a educação bancária, ou seja, educando e educadores partilham uma gama de valores, saberes e experiências. E, na ordem do dia, ousamos dizer que, pela via do diálogo com a agroecologia, são fortes as chances de se ter uma Licenciatura em Educação do Campo que, ao trazer o complexo sócio-político-econômico-ambiental, fortalece um desenho vivo de ecologia e de saberes.

Na presente proposta, um dos pilares centrais de sustentação da proposição curricular e orientação do processo de formação de licenciados em educação do campo é a Pedagogia da Alternância, especificamente em sua modalidade integrativa. Não se trata meramente de assumir uma sucessão de tempos teóricos e de tempos práticos organizados em um plano didático; mais que isso, o propósito é desenvolver um processo de formação sustentado por uma estreita conexão ou, nos termos de Gimonet (1979), por uma forte interação entre os dois momentos de atividades em todos os níveis do campo educativo (SILVA, 2012). Implicando o educando em uma constante e sistemática atividade de produção, para que ele possa relacionar a ação e a reflexão sobre o porquê e o como, os conteúdos dos dois tempos e espaços da formação encontram-se em permanente relação, completando-se e enriquecendo-se mutuamente. Busca-se, assim, uma prática de alternância orgânica e integrada, capaz de promover um processo formativo de maneira significativa para os educandos e os educadores, assim como para o desenvolvimento da realidade do campo.

A Pedagogia da Alternância pressupõe, assim, uma forte motivação, envolvimento e iniciativa do educando em todo seu processo formativo, uma vez que essa formação se ancora diretamente, e em grande parte, na sua experiência de vida, trajetória histórica e contexto sociocultural. Assim, é o universo dos educandos, jovens e adultos do campo, que orientará toda a organização do Curso, constituindo objeto de análise e ressignificação segundo os conteúdos dos eixos temáticos propostos para a formação dos licenciados em educação do campo. .

A proposta de utilização da Pedagogia da Alternância, particularmente em sua modalidade integrativa pressupõe, ainda, a utilização de um conjunto de instrumentos pedagógicos que favoreçam a articulação entre os conteúdos, saberes e experiências dos dois tempos e espaços da formação. Nesse sentido, no processo de formação dos licenciados da educação do campo, serão utilizados os seguintes Instrumentos de

Alternância: **Projetos de Estudo, Colocação em Comum/Círculos de Cultura¹, Caderno da Realidade, Viagens e visitas de estudo, Intervenções externas, Atividades de retorno e experiências, Projeto profissional e Serão.**

Projetos de Estudo: são atividades fundamentais para que os educandos consigam reconstituir uma identidade com suas raízes no campo e com seu fazer, potencializados pelas discussões em cada um dos eixos norteadores.

A experiência é o ponto de partida e de chegada do processo ensino aprendizagem. O **Projeto de Estudo** envolve experiência e observação reflexiva. A formalização das observações sobre a experiência se dá no espaço escolar. Os conteúdos curriculares formais são trabalhados após a **Colocação em Comum/Círculos de Cultura** dos conhecimentos empíricos vividos e refletidos pelos educandos. Nesse processo, busca-se construir um texto comum, uma espécie de síntese do conhecimento de cada um. Os professores acompanham e facilitam o processo para que haja participação efetiva e ativa dos educandos. Além do mais, provocam o debate, problematizam o tema e propõem os pontos de aprofundamento durante o período de estudos.

Ainda na sequência da **Colocação em Comum/Círculos de Cultura**, a coordenação do Curso se encontra em uma reunião pedagógica, visando buscar conteúdos, disciplinas e atividades que podem ajudar no aprofundamento das questões levantadas sobre o tema em estudo. É a busca de interdisciplinaridade, do trabalho conjunto, integrado. O processo não se encerra na contextualização, continua através das atividades seguintes, ou seja, da aplicação ativa no meio onde o educando vive.

Por essas razões, a Universidade apresenta um currículo diferenciado, apropriado à realidade concreta do campo e da região, visando atender às necessidades reais dos educando, buscando a interação do mesmo com a sua própria formação. Nesse projeto educativo, o educando passa a ser um agente ativo de todo o processo.

No desenvolvimento desse Curso de Licenciatura, vários serão os instrumentos pedagógicos utilizados, bem como os princípios da metodologia camponês-camponês, como veremos a seguir.

1

Embora o termo usualmente conhecido seja Colocação em Comum, nesta proposta compreende-se este instrumento associado a Círculo de Cultura, tendo em vista se tratar de uma prática frequentemente utilizada nas experiências da UFV.

Caderno da realidade: nesse instrumento, o educando irá registrar todos os conhecimentos e reflexões que emergirem nos estudos aprofundados, de modo a permitir uma sistematização racional da reflexão e das ações provocadas pelo Plano de Estudo, ordenando as informações e experiências vivenciadas no tempo escola e no tempo comunidade. Em termos educacionais, o Caderno da Realidade representa um instrumento central no aprofundamento das aulas e na avaliação do desenvolvimento psíquico-afetivo, motor, intelectual, organizacional e profissional do educando. Concretamente, o Caderno da Realidade é uma pasta de arquivo sistematizado dos instrumentos pedagógicos do Curso. Nele estão listadas as atividades planejadas e as reflexões, *insights*, deduções, dúvidas e questões ocorridas em ambos os tempos.

Viagens e Visitas de Estudo: possibilitam aos educandos observar a prática em ambientes diferentes daqueles em que vivem, por meio de experiências existentes, seja no campo profissional ou social, de modo a propiciar o conhecimento de novas realidades e técnicas educativas. Ao finalizar a Visita ou Viagem de Estudo, o relato será registrado no Caderno da Realidade/Diário de Campo e avaliado nas disciplinas afins.

Intervenções Externas: consistem em palestras, cursos, seminários e outras atividades educativas realizadas a partir dos Planos de Estudo, visando complementar os temas emergentes no Curso. Para tanto, pessoas com conhecimentos em áreas afins do Curso, serão convidadas para desenvolver atividades formativas. A formalização, fundamentação e contextualização dos temas, a partir dos conteúdos disciplinares, serão enriquecidas através dessas visitas e intervenções. Desse modo, o educando é estimulado a confrontar o conhecimento pessoal e comunitário com os conhecimentos dos outros profissionais da própria região ou de outras, e com os conhecimentos acadêmicos já produzidos ou em construção por grupos de pesquisa e pensadores. No final, serão convidados a tirar conclusões a partir das comparações e análises proporcionadas pelo processo educativo alternante. Essas conclusões serão registradas no Caderno da Realidade/Diário de Campo e servirão como material de avaliação concreta do aproveitamento do educando.

Atividades de Retorno e Experiências: consistirão na fase conclusiva de um tema do Plano de Estudo. A coordenação planejará com os educandos a forma como retornar a pesquisa para o meio sócio profissional ou entidades sociais e produtivas onde a tal

pesquisa foi realizada. Uma atividade de retorno poderá ser, por exemplo, a realização de uma palestra na comunidade, o desenvolvimento de uma campanha, seminário, dia de campo, demonstração de uma técnica ou até a produção de um documento sobre a temática, entre outros.

Projeto profissional: o educando será estimulado a pensar na própria atuação como professor, diante da realidade na qual será inserido. O Projeto busca a inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, torna-se fundamental que os educandos utilizem os Instrumentos da Alternância, de modo a potencializar a construção de um novo modelo de educação, campo e sociedade.

Serão: são atividades noturnas de caráter cultural, artístico, científico, político, acadêmico, entre outros, que complementam e ampliam a matriz curricular.

11. Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem

A avaliação acadêmica levará em consideração as Normas vigentes na UFV. De acordo com as Normas Acadêmicas, o estudante será considerado aprovado se apresentar frequência de 75% nas atividades acadêmicas e desempenho mínimo de 6,0 (seis).

Cabe ressaltar que contaremos com uma avaliação formativa e processual. Busca-se uma formação não fragmentada. Assim, a avaliação das disciplinas não está centrada na figura do professor e no conteúdo da disciplina, mas priorizará as perspectivas inter e transdisciplinar, inicialmente estimulada pelos eixos temáticos, mas que, mediadas pela Pedagogia da Alternância, incorporem questões colocadas pela realidade do educando. Desse modo, propõe-se que as avaliações desdobrem-se em produtos interdisciplinares a cada semestre como, por exemplo, materiais didáticos para a Educação do Campo, Instalações Pedagógicas de tipo itinerante, projetos agroecológicos para agricultura familiar e planos de intervenção local. Também, como base no legado da Pedagogia da alternância para garantir a integração de uma perspectiva construtivista evitando a “educação bancária”, usaremos como objeto de avaliação portfólios orientados, na forma de instrumento de alternância, os chamados “Cadernos da Realidade”.

Por fim, tem-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), atividade articulada às várias dimensões trabalhadas ao longo do curso, na forma de produtos que abordem a realidade da Educação do Campo e suas múltiplas dimensões, podendo ser sistematizado em múltiplas linguagens, tais como artigos, monografias, peças teatrais, produção multimídia e projetos de intervenção pedagógica, política e produtiva do e no campo.

12. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo de ensino-aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão implantadas de forma a permitir, com excelência, o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Atualmente o Campus da UFV – Viçosa conta com laboratórios para o uso em ensino, pesquisa e extensão, todos equipados com computadores ligados à rede com acesso à internet, inclusive por meio de rede sem fio (wireless).

A UFV, desde 2001, com a implantação da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância – CEAD (endereço eletrônico: <https://www2.cead.ufv.br/>) vem investindo e incentivando a criação de novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem.

A CEAD é responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e prestação de suporte técnico às atividades realizadas em diferentes áreas de ensino, utilizando novas tecnologias de informação e comunicação.

Além de apoiar os professores nas suas atividades de ensino e extensão, sua proposta é diversificar as formas de atuação para atingir o maior e mais variado público possível. Para isso, utiliza os resultados obtidos pela UFV em mais de 80 anos de atividades nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

A CEAD tem por finalidade:

- Proporcionar recursos humanos e materiais para o desenvolvimento de atividades em EaD;
- Apoiar e acompanhar a interlocução entre professor, discente e tutor em atividades semipresenciais;
- Prestar suporte técnico e pedagógico na produção e utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – às unidades da Universidade;

- Coordenar e supervisionar, em conjunto com os centros de ciências, departamentos e unidades de ensino, além das atividades acadêmicas na modalidade à distância;
- Promover cursos e atividades didáticas no campo de TICs e em outras áreas, com a aprovação dos colegiados competentes.

Para as disciplinas presenciais e/ou a distância, a CEAD disponibiliza suporte para a produção de material didático, utilizando diferentes mídias e formatos. Conta, inclusive, com ambientes especialmente desenvolvidos para esse fim. Entre eles, destacam-se: textos para leitura, áudio-aula, vídeo-aula, vídeos, entrevistas, animações, simulações, entre outras.

Uma ferramenta importante oferecida pela CEAD é o PVANet (endereço eletrônico: <https://www2.cead.ufv.br/sistemas/pvanet/>). O PVANet é o ambiente virtual de aprendizado utilizado pela UFV, concebido para receber conteúdos das mais diversas disciplinas e cursos, nas modalidades presenciais e a distância. Para tanto, foram projetadas ferramentas que garantissem a inclusão de conteúdos nos mais diferentes formatos – textos, apresentações narradas, vídeos, animações e simulações, interação discente-tutor/professor síncrona e assíncrona e acompanhamento do processo de aprendizado, via avaliações online.

Entre as ferramentas disponíveis, destacam-se: Notícias, Agenda, Conteúdo, Chat, Fórum, Perguntas-e-respostas, Sistema de e-mail, Entrega de Trabalhos, Edição Compartilhada de Arquivo, Sistema de Avaliação e Relatórios de Acompanhamento.

O PVANet é de fácil utilização e garante ao professor elevado nível de flexibilidade. Isso porque o professor pode incluir, excluir e ainda definir o título das ferramentas, bem como o nível de permissão dos usuários. E, por se tratar de um ambiente virtual da UFV, está em constante processo de aperfeiçoamento e desenvolvimento, na tentativa de satisfazer ainda mais as necessidades e demandas dos professores e estudantes.

O PVANet tem um sistema de gerenciamento que permite a identificação dos usuários que acessaram ou não, em determinado período de tempo, a disciplina, os dias acessados e o número de acessos. Permite ainda identificar, com rapidez, os estudantes que fizeram determinada avaliação.

Pela arquitetura do PVANet, para cada disciplina, é disponibilizado um espaço próprio. Esse ambiente virtual de aprendizado está conectado com o SAPIENS (Sistema de Apoio ao Ensino), o que facilita o intercâmbio de informações.

O SAPIENS (endereço eletrônico: <https://sapiens.cpd.ufv.br/sapiens/>) é um sistema computacional que possibilita a estudantes, professores e coordenadores de cursos, acesso a informações gerenciadas pela Diretoria de Registro Escolar.

Os estudantes podem acessar, pelo SAPIENS, seu histórico escolar, a relação de disciplinas matriculadas, cursadas e a cursar, o plano de estudos, os dados pessoais e a análise curricular (síntese da vida acadêmica).

Os professores realizam, diretamente nesse sistema, o lançamento de notas e faltas, bem como a orientação dos discentes conforme os Artigos 5º e 6º do Regime Didático (procedimento melhor detalhado no item seguinte deste PPC intitulado: Apoio ao Discente).

Os coordenadores de curso têm acesso a diversos relatórios estatísticos que auxiliam nos processos administrativos do curso.

Para utilizar o sistema SAPIENS, o usuário deve informar o número de matrícula e a senha fornecidos pela Seção de Registro Escolar.

A fim de divulgar notícias, regulamentos, projeto pedagógico e demais assuntos de interesse do Curso, a Comissão Coordenadora do Curso mantém atualizações constantes no site do Curso.

As ferramentas aqui apresentadas estão disponíveis online e podem ser acessadas inclusive via wireless dentro do Campus.

13. Apoio ao Discente

Dentre as diversas formas de apoio acadêmico ao discente, destacam-se a elaboração do plano de curso com o auxílio da Comissão Coordenadora do Curso, a tutoria e a monitoria em apoio extra-classe aos conteúdos das disciplinas, a orientação acadêmica individualizada nos horários de atendimento dos professores previstos e divulgados semestralmente, o acompanhamento dos conteúdos das disciplinas via PVANet, plataforma on-line, que permite ampliar os limites físicos da sala de aula ao alcance do professor para disponibilizar material didático em diferentes suportes como textos, imagens, vídeo-aula, fóruns, chats, dentre outros.

A vida acadêmica do aluno é orientada pelo Manual do Estudante da Pró-Reitoria de Ensino e é registrada pelo SAPIENS, ferramenta virtual onde são registrados o rendimento acadêmico e a frequência e que possibilita ao estudante o acesso ao seu histórico, disciplinas matriculadas, dados pessoais, endereços e análise curricular. Ambos estão disponíveis no site da UFV.

Além do âmbito acadêmico, destacam-se os atendimentos na área da saúde, através dos serviços ambulatoriais oferecidos pela Divisão de Saúde e dos serviços oferecidos pela Divisão Psicossocial; e na área da Assistência Estudantil, oferece Moradia, Alimentação e Bolsa Creche/Pré-escola, para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Na perspectiva de atendimento ao discente, a UFV oferece possibilidades de desenvolvimento acadêmico, cultural, científico e esportivo dos estudantes, independentemente do curso em que se encontram matriculados.

Como o objetivo desse Curso é contemplar sujeitos dos diferentes segmentos sociais do campo como professores das escolas do campo, educadores populares, assessores de movimentos e organizações do campo, filhos de trabalhadores do campo, quilombolas e atingidos por barragem, a Licenciatura da Educação do Campo tem o objetivo de oferecer apoio a esses discentes na forma de atividades de Previsões de Trabalho e Visitas Técnicas desenvolvendo, assim, saberes que possam ajudar a superar ou minimizar eventuais dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Tem, ainda, o propósito de oferecer um espaço de acolhida, por meio de ações específicas que busquem soluções para problemas presentes e que busquem garantir a participação a integração e a permanência desses alunos na Instituição.

14. Autoavaliação do Curso

A gestão acadêmica será realizada pelo Colegiado do Curso, organizado segundo o Estatuto e Regimento da UFV.

O sistema de avaliação do curso envolve todos os atores sociais atuantes no processo de formação. Esse sistema está fundamentado em fontes de informação, cujo conjunto oferece subsídios para tomadas de decisão quanto às modificações necessárias no curso. A avaliação do Curso, feita periodicamente pelo Colegiado do Curso (Comissão Coordenadora) e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), leva em conta as

informações obtidas, junto aos envolvidos no desenvolvimento do curso, por meio de instrumentos tais como questionários, observações, reuniões e discussões promovidas, relatórios de desempenho dos estudantes disponíveis no sistema acadêmico, SAPIENS, etc.

No início do Curso, considerando o caráter de inovação pedagógica da Licenciatura em Educação do Campo, será realizado um Seminário de Nivelamento no primeiro período, com a finalidade de promover uma maior integração entre docentes e discentes, de uns com outros, e desse conjunto de sujeitos com as temáticas que serão abordadas. Além do mais, na perspectiva das alternâncias educativas, também se organizará o primeiro Plano de Estudos para que se iniciem as disciplinas. Esse Seminário irá afinar as perspectivas inter, multi e transdisciplinares, bem como fomentar um padrão de nivelamento entre os participantes, na busca epistemológica de uma ecologia de saberes.

As atividades pedagógicas propostas para esse curso têm, como peculiaridade, o objetivo de articular os saberes desenvolvidos no tempo escola e no tempo comunidade, considerando que o sucesso do curso está em conseguir fazer com que os licenciandos consigam se apropriar dessas experiências e sistematizá-las no caderno de realidade.

As atividades envolvidas nesse processo, envolvendo projetos de estudo, colocação em comum/círculo de cultura e caderno de realidade tem como principal característica não avaliar o aluno isoladamente, mas compreendê-lo como parte de uma construção educacional coletiva que é o curso propriamente dito. Nesse sentido, os resultados trazidos pelos alunos, as avaliações do conselho político-pedagógico e as discussões do conselho consultivo constituem os espaços privilegiados de auto-avaliação do curso, a partir dos quais pretende-se corrigir suas inadequações.

A Universidade Federal de Viçosa dispõe, ainda, de Comissão Própria de Avaliação (CPA) que é orientada pelas diretrizes da auto-avaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Essa Comissão realiza, a cada dois anos, a avaliação institucional que tem como principais objetivos produzir conhecimentos; averiguar o sentido do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição; identificar as causas dos seus problemas e deficiências; aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores

institucionais; tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos e prestar contas à sociedade. Tal avaliação contempla as seguintes dimensões de desempenho institucional: (1) Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; (2) Política de Ensino, Pesquisa e Extensão (3) Responsabilidade Institucional; (4) Comunicação e Sociedade; (5) Política de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (7) Estrutura Física; (8) Planejamento e Avaliação; 9) Políticas de Atendimento ao Discente; e (10) Sustentabilidade Financeira. A avaliação externa é realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

Através da CPA são elaboradas pesquisas (questionários) tendo alunos, docentes, coordenadores de cursos e funcionários técnico-administrativos como sujeitos e o curso, no seu todo, como objeto. A CPA elenca os indicadores providos de metas e prioridades, capazes de oferecer meios para revisar a política educacional adotada, face às realidades institucional, regional, estadual e nacional, reavaliando os resultados obtidos em função dos objetivos propostos pela UFV.

15. Integração com as Escolas de Educação Básica

Como tem sido apresentado no decorrer deste projeto, uma das principais características desta proposta pedagógica é a organização do curso em dois momentos: o Tempo-Escola e o Tempo-Comunidade. A construção do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação do Campo da UFV apresenta peculiaridades na formação de licenciandos que conheçam o funcionamento da pedagogia da alternância. Nesse sentido, as EFA's assumiram um papel importante na construção deste Projeto, que em grande parte se organiza a partir dessas propostas. A integração com as escolas de educação básica, especialmente dos anos finais e do Ensino Médio, tem se dado com as Escolas Famílias Agrícolas da Zona da Mata Mineira. Embora essas escolas sejam privadas, são caracterizadas como comunitárias, atendendo população de baixa renda de comunidades rurais, funcionando segundo os princípios da alternância educativa.

Vários programas de extensão desenvolvidos na UFV estão articulados com as EFA's dessa região, além das atividades de educação dos movimentos sociais do campo, como o MST e o MAB. São eles, o Programa TEIA, financiado pelo PROEXT

atualmente, o Projeto Trabalho como Princípio Educativo, financiado pelo PROEXT em 2012, mas ainda em andamento, o Programa Agroecologia de Saberes, financiado pelo PROEXT em 2012 e o programa extensionista, também em andamento, Observatório dos Movimentos Sociais, financiado pelo PROEXT em 2012 e o programa de pesquisa Observatório da Educação do Campo, financiado pelo CNPq/CAPES até 2013. Propõe-se que os estágios sejam desenvolvidos junto às escolas com as quais esses programas já tenham parcerias.

16. Ingresso no Curso

Definido conforme decisão do CEPE.

17. Outras Atividades do Curso

Os estudantes do Curso terão a possibilidade de participar de atividades de ensino e/ou pesquisa, de programas de mobilidade internacional através dos Programas Ciências sem Fronteiras, Licenciaturas Internacionais e outros convênios firmados entre a UFV e parceiros.

Os estudantes têm, também, oportunidade de participarem de diversos projetos de pesquisa, bem como projetos de extensão. Eles são, ainda, incentivados a participarem do Simpósio de Integração Acadêmica (SIA), que ocorre anualmente na UFV, bem como nas diversas semanas acadêmicas promovidas pelos diversos Cursos da UFV.

18. Recursos Humanos

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo pretende contar com o apoio docentes e técnicos administrativos lotados no Departamento de Educação e outros Departamentos parceiros da Universidade Federal de Viçosa.

Para o início do Curso é necessário contar com 07 professores para atuar na docência e gestão no Curso de Licenciatura em Educação do Campo em sua Formação Geral, Específica e Profissional, bem como para acompanhar o Tempo Comunidade e, ainda, elaborar projetos de ensino, extensão e pesquisa, essenciais desde o início, dado o

caráter inovador da Pedagogia da Alternância. Em relação aos técnicos administrativos é necessário contar com os mesmos desde o início do Curso, para favorecer o contato, acolhimento e acompanhamento dos estudantes, organização do aporte documental e apoio aos professores.

18.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos Cursos de Graduação da UFV, instituído pela Resolução CEPE nº 03/2010 (anexo VII), tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. Integra a estrutura de gestão acadêmica em cada Curso de Graduação, sendo co-responsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

18.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante terá atuação constante na melhoria do Curso e no atendimento às inovações acadêmicas. Seus encontros ocorrerão no mínimo, no início e no final de cada semestre, sendo analisadas as observações docentes e as técnicas mais atuais de ensino-aprendizagem e sua aplicação no Curso. Todos os membros são professores ativos, com formação acadêmica e profissional na área do Curso, denotando o compromisso entre a teoria e a prática em todo o processo de implantação e atualização do PPC.

18.3. Colegiado do Curso

A gestão acadêmica será realizada pelo Colegiado do Curso, organizado segundo o Estatuto e Regimento da UFV- RESOLUÇÃO CEPE Nº 07/2011 (anexo VIII).

O Colegiado do Curso é denominado como Comissão Coordenadora e tem como competência básica decidir sobre as atividades didático-pedagógicas dos cursos, além de planejar, organizar, coordenar, superintender e fiscalizar o seu desenvolvimento, atuando em ação integrada com o Núcleo Docente Estruturante.

É constituído pelos docentes em efetivo exercício e por representação discente. A presidência da Comissão Coordenadora de Curso é exercida pelo (a) Coordenador (a) do Curso e seu Suplente, escolhidos pelos membros da comissão coordenadora, indicados

pelo (a) Diretor (a) do Centro de Ciências e designados pelo Reitor (a). O mandato do (a) Coordenador (a) e do (a) Suplente é de 02 anos, permitida a recondução.

A Comissão Coordenadora, sob a presidência do Coordenador, trabalha constantemente para o aprimoramento do Curso, a partir da atualização quanto às legislações específicas da área e às resoluções do âmbito acadêmico interno e externo.

19. Infraestrutura

Para a execução das atividades desse Curso, a UFV dispõe de pavilhões de aulas, bibliotecas, auditórios, laboratórios de ensino para atividades didáticas, dentre eles o Laboratório de Matéria Orgânica e Agroecologia e o Laboratório de Análise de Rotina de Solos. As normas de funcionamento desses Laboratórios encontram-se no Anexo IX, museus, herbário, horto botânico entre outros.

A UFV dispõe, ainda, de alojamentos adequados para os educandos durante o Tempo-Escola, bem como um restaurante universitário.

As salas de aula funcionam em pavilhões específicos que são de uso coletivo de toda Universidade, dispondo de retro projetor, quadro de giz, data-show, vídeo, televisão e aparelho de som.

A UFV possui uma Biblioteca Central que atende aos estudantes, servidores docentes e técnicos administrativos da Instituição, bem como o público externo – com o objetivo de promover o acesso, a disseminação e o uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

O acervo da Biblioteca consta de livros, periódicos correntes e avulsos, CD-ROMs, relatórios, teses, dissertações, monografias, normas técnicas, DVDs e apostilas, dentre outros, para contribuir como apoio pedagógico e cultural a seus usuários.

A biblioteca conta com automação do seu acervo por um sistema de gerenciamento de dados, que tem seu acesso remoto de qualquer terminal com internet. Sendo possível a realização de consultas à base de dados, reservas de material e renovação online.

O Curso conta, ainda, com a Biblioteca Setorial do Departamento de Educação que possui um acervo de mais de 8000 exemplares de livros, informatizado e integrado ao sistema da Biblioteca Central. Além dos livros, possui títulos de periódicos e publicações como Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso.